

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 Às nove horas e dezessete minutos, do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte, reuniram-se através
2 de videoconferência, os membros deste conselho com a presença de treze membros, sendo nove titulares e
3 quatro suplentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia á todos, e deu início a
4 reunião ordinária justificando a ausência da conselheira Maria Elizabeth e do conselheiro Dr. Marcus
5 Vinícius. Questionou se todos conselheiros haviam recebido os documentos para a apreciação. Por não
6 haver quórum suficiente no início da reunião para a aprovação da Ata da reunião ordinária trecentésima
7 sexagésima nona, deixou a aprovação para o final. Expôs os temas da pauta da reunião que seria sobre a
8 conferência municipal de saúde e a terceirização do SAMU. Informou que foi solicitada a participação de
9 um representante do COMUS de Aparecida, Fernando, para que pudesse explicar sobre a conferência,
10 caso o pleno esteja de acordo. Abriu para a propositura dos conselheiros, não havendo, deu continuidade
11 ao informes do gestor. **Informes do Gestor:** Com a palavra a conselheira Bianca Muller, desejou bom dia
12 a todos e informou que seria sobre as vacinas, que está tudo certo, encaminhando, que não anda vendo
13 problemas de falta, as únicas doses que ainda não recebemos são dos prestadores e profissionais de saúde,
14 já foi reiterado várias vezes por ofício, mas até agora não chegou. E o profissional da educação está
15 fluindo bem, abriu para questionamentos sobre vacinação. Deixou que está havendo uma boa procura
16 para a vacina contra a gripe, e ressaltou a insegurança dos pacientes em tomar a vacina da gripe, por
17 terem tomado a vacina de COVID em dias próximos. **Ordem do Dia: Conferência Municipal e Saúde.**
18 Com a palavra a subsecretária Bianca Muller, passou a fala para Ana Paula de Oliveira, a qual explanaria
19 sobre a conferência. Com a palavra a Ana Paula desejou bom dia a todos, se apresentou e deixou que
20 durante mais de dez anos fizesse parte do COMUS, onde oportunizou a participação em conferências.
21 Deixou que tem recebido orientações básicas do conselho nacional de saúde sobre a organização da
22 conferência municipal de saúde e após ler o documento relatou que há observações a serem feitas , como
23 principal, a importância da conferência, pela participação popular e por ser uma base para a elaboração do
24 Plano Pluri Anual e temos realizado as nossas conferências no mesmo ano da etapa estadual e nacional, e
25 detalhando documento reparamos que é preciso fazer a conferência esse ano se formos obedecer a lei, por
26 isso estamos trazendo para o COMUS, para conversamos sobre. Na resposta recebida pelo COSEMS, foi
27 falado que a conferência tem que ser realizada no primeiro ano da gestão, especialmente para poder
28 basear o Plano Pluri Anual que engloba do segundo ano da gestão até o final do primeiro ano da próxima
29 gestão. Considerando o calendário das eleições, teríamos que realizar a conferência municipal esse ano, o
30 que não nos exime de ter que fazer outra daqui a dois anos, pois a conferência de agora seria com a
31 principal finalidade basear o plano, e daqui a dois anos, teríamos que fazer a eleição para levar propostas
32 regionais e também escolha de delegados para as próximas etapas. Por isso solicitamos essa pauta, para
33 conversarmos e vermos o que dá para ser feito. Com a palavra a presidente Maria Cecília fez a leitura da
34 nota técnica recebida pelo conselho estadual de saúde e deixou que a conferência é muito interessante a
35 ponto de trazer ainda mais a sociedade para perto das atitudes de saúde pública, ajuda nas necessidades de
36 cada comunidade. Deixou que sua dúvida fosse como organizar a conferência diante ao cenário de
37 pandemia que estamos vivendo. Com a palavra a Ana Paula explanou que diante da resposta recebida do
38 COSEMS, deixou que a resposta de decisão de chamar ou não a conferência era do COMUS, sempre tem
39 a participação da secretaria de saúde, mas o conselho deveria formular e aprovar, realmente existe um
40 desafio muito grande, precisamos parar para pensar e elaborar uma estratégia diferenciada, pois nos
41 moldes normais que foram feitos até o hoje, infelizmente o momento não possibilita. Então diante da
42 pandemia que está postas e não tem data para acabar, do desafio de dar à voz a população e não deixar a

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

43 conferência que é muito importante. Entendemos que nesse momento o protagonismo maior tem que ser
44 do conselho nesse aspecto, mas o apoio será dado, como sempre, é quem em outros momentos a
45 secretaria de saúde, sempre em parceria com o conselho, tomava a frente da organização e hoje estamos
46 em um momento de muita demanda. O que for decidido será apoiado com o possível, entendemos que
47 terá os momentos online que dependerá de plataformas, tecnologia e podemos explorar isso junto. Com a
48 palavra a subsecretária Bianca Muller deixou sua opinião, que por mais que seja tudo difícil e tudo tão
49 novo, mas poderia ser feito uma pré-conferência, procurar nos bairros lugares amplos, ou se fizéssemos
50 um portal para receber sugestões nessa pré-conferência. Com a palavra a presidente Maria Cecília deixou
51 que toda ideia é válida, porém precisamos parar, nos reunir para começar a organizar. Aproveitou para
52 colocar em votação a realização da conferência municipal de saúde, que foi aprovado por unanimidade.
53 Concebeu a palavra com a autorização do pleno para o conselheiro do município de Aparecida explanar
54 sobre a conferência de saúde. Com a palavra o conselheiro do município de Aparecida Fernando,
55 agradeceu a concessão da palavra, e explanou sobre o movimento que vem acontecendo na região, para
56 que todos os municípios façam as suas conferências municipais, deixou que esteve na comissão que
57 organizou a última conferência em dois mil e dezenove e justamente no que se falava em participação
58 social, da população, ou seja o controle social, ficamos um pouco limitado, pois quando os representantes
59 do governo perguntaram para nós o que queríamos, não obtivemos uma resposta com argumentos
60 robustos para dizer o que realmente queremos aqui na região. E por causa disso, ficamos um pouco
61 prejudicados, pois essa micro região de saúde que engloba os dezessete municípios, de Roseira a Bananal,
62 é uma região que ficou muito desaparelhada, uma das regiões mais prejudicadas pelas ações do estado,
63 deixou de financiar nessa região e os conselhos quase que não tem voz, é uma situação que averiguamos e
64 resolvemos montar um grupo para agir, então desde dois mil e dezesseis estamos fazendo esse movimento
65 e Guaratinguetá, contamos muito por ser a maior cidade dessa região e é importante os gestores de
66 Guaratinguetá, prefeito e secretária que sempre convocam uma conferência, é necessário que o COMUS
67 sensibilizem eles no sentido de igualdade nessa região, ela está muito excluída do calendário de saúde do
68 estado, é necessário que alguns recursos retornem pra cá. Agora o controle social, as pessoas devem e tem
69 direito a serem escutadas, uma escuta de qualidade. E é isso que nós estamos conversando com os
70 dezessetes municípios e após o dia de hoje, dia vinte e nove, é um segundo plano, já esta no organograma
71 deste movimento é chamar outras micros regiões, seja do litoral, da serra, do alto vale. Hoje temos o
72 nome de quem realmente ama o SUS, e nós precisamos fortalecer o nosso SUS. Esse movimento tem
73 esses dois carismas que é buscar a igualdade em nossa região e defender o SUS, fortalecendo ele, através
74 do controle social. Com a palavra a presidente Maria Cecília agradeceu a fala do conselheiro Fernando e
75 abriu para colocação dos conselheiros. Com a palavra a conselheira Beatriz Bonini desejou bom dia a
76 todos e deixou que pelo seu entendimento partirá do conselho o assunto que será discutido na conferência,
77 mas haverá a parceria COMUS e secretaria para a realização da conferência, solicitou para que deixasse
78 agendado um dia para reunir e acertar os detalhes, deixou também que será necessário uma verba e acha
79 interessante contratar uma empresa. Com a palavra a Ana Paula de Oliveira deixou que acha necessário
80 um encontro inicial, se colocou a disposição, alegando que o que a secretaria puder ajudar será, ajudado.
81 Com a palavra a presidente Maria Cecília solicitou uma data par que possa dar início ao esboço da
82 conferência. Com a palavra a Ana Paula de Oliveira, deixou que irá verificar a data disponível e
83 encaminhará ao COMUS. Com a palavra o conselheiro do município de Aparecida, Fernando, solicitou
84 palavra para informar que encaminhou uma passo a passo segundo a orientação do conselho estadual de

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

85 saúde para a realização da conferência, e nessa nota técnica o COSEMS distribuiu uma licença que dá
86 permissão para reunir até quinhentas pessoas, durante vinte quatro horas por dia, durante todo esse ano,
87 justamente para facilitar as reuniões virtuais. E deixou que pela facilidade de acesso a plataforma, talvez
88 tenha mais participação dos munícipes. Então esse passo a passo, começa justamente com a deliberação
89 do conselho desejando ter uma conferência, e claro que vai depender do convencimento do prefeito.
90 Deixou que possui argumentos para que possa ser falado com o prefeito, pois justamente no primeiro ano
91 de cada gestão é elaborado o plano municipal de saúde, que é válido por quatro anos. Estamos fazendo
92 esse envolvimento de todos, pois o PMS e PPA tem que ser entregue até agosto para o legislativo, então
93 podemos colocar como proposta e inclusive conferir aquilo que foi feito em dois mil e dezenove. Existem
94 muitas coisas a serem feitas, para conversar, por exemplo, sobre as nossas questões regionais a quais
95 podemos elencar várias situações. Partindo do princípio que Guaratinguetá é a nossa grande referência em
96 saúde, pelo o tamanho dos recursos do município, vejo que esse momento, por sermos democráticos,
97 talvez partindo de Guaratinguetá, conseguirá estabelecer alguns critérios em nossa região. Com a palavra
98 a presidente Maria Cecília agradeceu a fala do Fernando e abriu para colocações dos conselheiros. **B-)**
99 **Terceirização do SAMU:** Com a palavra a presidente Maria Cecília, resumiu que teve acesso no grupo
100 do COMUS ao memorando 08/21 Gestão Pessoal , do dia dezesseis de março, que convocava os
101 profissionais do SAMU, que foram deslocados para se apresentarem no hospital campanha em seu
102 respectivo horário de plantão, e através desse memorando ficamos sabendo do início da terceirização do
103 SAMU, foi indagado pelo fato de não ter sido apresentado o convênio da terceirização e nem deliberado
104 pelo COMUS. Deixou que se reuniu com a comissão executiva e a mesa diretora no dia seis de abril de
105 dois mil e vinte um, e partindo dessa reunião, explanou aos conselheiros que encaminhou um ofício para
106 a secretária de saúde, solicitando qual era prerrogativa usada para a não apresentação e deliberação do
107 convênio ao COMUS, visto que temos todas as leis, que inclusive foram citadas no ofício. Fez a leitura do
108 ofício resposta enviado pela secretaria de saúde no dia sete de abril. Após a leitura, deixou que acharia
109 justo abrir para opiniões dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro Cláudio Campbell deixou sua
110 visão sobre a resposta da secretária de saúde para o COMUS, que em sua opinião, não está satisfeito, não
111 supriu suas dúvidas e gostaria de saber a possibilidade de que o conselho oficiasse ao tribunal de contas
112 do estado de São Paulo, sobre a situação desse contrato, para que o COMUS, não seja penalizado, por
113 uma situação que poderia ter sido discutida mais amplamente, deixou que essa terceirização do SAMU,
114 foi empurrada “goela a baixo”, deixou registrado seu protesto pela forma que foi feito esse contrato do
115 SAMU com a Santa Casa. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônico, desejou bom dia a todos, e
116 deixou que leu os ofícios, inclusive a resposta, e que os conselheiros entendem que essa questão da
117 terceirização do SAMU, que esse contrato deveria passar para o pleno para a deliberação e está tendo uma
118 confusão de que a prefeitura não precisa da aprovação do COMUS para seguir, só que a questão agora é a
119 apresentação dos documentos como geralmente acontece, recebemos por e-mail para a análise e
120 apreciação, para que o conselho tenha acesso a documentação, para fazer a deliberação. A aprovação ou
121 não, ou a opinião do conselho, se é ou não favorável, se vai gastar muito ou pouco, ou mesmo que se
122 gaste muito, mas se realmente for benéfico para a população, então é totalmente válido, porém acredita
123 que a questão no momento não é essa. Pelo que entende e pelo que tem no artigo que consta no ofício,
124 que é da lei orgânica do município, fala que a deliberação é obrigatória, que a opinião do conselho é
125 obrigatória, então o que o conselho precisa avaliar é que o que foi enviado de documentação a respeito
126 desse assunto entende que é suficiente, não é suficiente, e a partir de então, o que será solicitado para a

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

127 secretaria de saúde, e saber se secretaria vai encaminhar ou não vai, e a partir daí verificar qual será o
128 próximo passo. Deixou que não houve a deliberação do conselho e o que o conselho entende que deve ser
129 enviado e não foi, e na sequencia tendo a resposta positiva ou negativa da secretaria, o pleno reunido
130 decide qual atitude será tomada. Com a palavra a conselheira Beatriz Bonini alegou que não recebeu nada
131 com referência a finanças, o que é que era gasto, a planilha de custo foi solicitado no dia três de março, o
132 valor que gastava mês a mês com o SAMU, não foi enviado. Foi enviado somente uma planilha da santa
133 casa de Guaratinguetá e mais duas entidades que queriam participar da licitação. Não obtivemos uma
134 visão completa do que foi feito, portanto deixou sua opinião e não é satisfatória. Com a palavra a
135 conselheira Bianca Muller deixou sua opinião para que fosse oficiado novamente a secretaria de saúde
136 com as necessidades do que não foi enviado. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônico esclareceu
137 que a reunião do COMUS é gravada e depois elaborada a ATA, por ser uma reunião mensal, deixou que
138 poderia ser aproveitado a oportunidade e verificar o que entende-se que é necessário enviar, para não ter a
139 necessidade do ofício e aqui já ficaria registrado mais uma solicitação para parar de postergar e resolver
140 logo a situação. Com a palavra a conselheira Bianca Muller questionou quais são os documentos faltantes.
141 Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônico deixou que participou da reunião da comissão executiva
142 e mesa diretora e pelo entendido ficou faltando a prestação de contas, a planilha de custos, o quantitativo
143 de quanto custava e quanto vai custar, o convênio foi enviado no feriado da sexta feira santa. Com a
144 palavra presidente Maria Cecília complementou que não há interesse se vai gastar mais ou menos, deixou
145 claro que o único interesse é a melhoria do atendimento para a população, ficou faltando o processo
146 licitatório e o edital, que não tivemos acesso. Com a palavra o conselheiro Adeilton dos Santos deixou sua
147 opinião que a maior insatisfação do conselheiro foi quanto à transparência da terceirização do SAMU,
148 faltou à documentação para a avaliação do conselho, entendemos que a secretária já fez o convênio, já
149 está assinado e não vai alterar em nada, pois a terceirização já está sendo executada, mas quero que fique
150 documentada a insatisfação do COMUS quanto à documentação não nos apresentada. Com a palavra a
151 conselheira Bianca Muller deixou que toda a documentação está no portal da transparência. Com a
152 palavra o conselheiro Adeilton dos Santos alegou que independentemente se está ou não no portal da
153 transparência tem que ser encaminhada toda a documentação para a ciência do COMUS, não é nossa
154 obrigação entrar no portal da transparência para averiguar as documentações e sim obrigação da secretaria
155 de saúde encaminhar para apreciação dos conselheiros e depois apresentar para ser deliberado. Com a
156 palavra a conselheira Bianca Muller alegou não estar negando a fornecer a documentação, deixou que a
157 documentação não está sendo omitida, pois consta no portal da transparência. Com a palavra a presidente
158 Maria Cecília esclareceu o motivo dos conselheiros ficarem sentidos com tal postura da secretaria, deixou
159 que os conselheiros estão abrindo mão do seu tempo para executar seu papel, referiu-se a subsecretária
160 Bianca Muller que ela tem um cargo remunerado para exercer seu papel, e nós conselheiros estamos
161 deixando de ganhar o nosso dinheiro em prol de uma saúde digna e de qualidade para a população do
162 município que nós vivemos, então se não precisa passar pelo COMUS, não haveria a necessidade de ter
163 conselho, então nós conselheiros ficamos em uma situação muito chata, estamos aqui e ainda temos que
164 entrar no portal da transparência, sendo que vocês estão fazendo um convênio, e pelo o que entendo
165 qualquer convênio tem que ser apresentado e deliberado pelo COMUS. Com a palavra o conselheiro
166 Cláudio Campbell complementou deixando que a questão não é contra o prestador, contra a secretaria de
167 saúde, porém o conselho quer mais subsídios do que foi feito, nós estamos fazendo papel de fantoche, ou
168 seja, as coisas tem que ser mais esclarecidas para o conselho, é tudo as claras, não precisa esconder, a

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

169 gente pergunta as coisas para a secretária que ao invés de responder ela surta e não é assim que funciona,
170 é só uma questão de esclarecimento para o conselho. Agora fica ofício pra lá, ofício pra cá e fica com
171 raiva e acaba nem respondendo mais, nós estamos aqui e não queremos nada além de uma saúde melhor
172 para Guaratinguetá, e gostaria que realmente o conselho fosse mais respeitado. Com a palavra o
173 conselheiro Jonathan desejou bom dia a todos, deixou à necessidade de separar a situação, a primeira
174 situação é de que se caberia ao conselho ou não a aprovação do convênio que foi firmado, se isso teria
175 que ser antecipado ou nós temos que aprovar essa situação. Ficou para o entendimento do conselho que
176 deveria ter feito essa aprovação, e para o entendimento da secretaria de saúde diante das respostas nos
177 dada, de que não precisaríamos ser comunicados antecipadamente, apesar de que como foi relatado,
178 algumas reuniões do conselho ela chegou a apresentar, mas não foi oficializado, ficamos sabendo através
179 do grupo perto de um feriado. Então nós precisamos entender essa situação, para ficar claro aqui, caso
180 isso venha a acontecer no futuro, que ao meu entendimento, ainda não ficou claro através das leis, porque
181 nós apresentamos as leis, a secretaria apresentou outras leis, e ainda não ficou claro se nós tínhamos que
182 ter aprovado ou não esse convênio antecipadamente. Com relação à documentação entregue e enviada ao
183 conselho pela secretaria, isso é uma opinião pessoal onde sinceramente eu achei uma falta de respeito
184 com o conselho municipal de saúde os últimos parágrafos do ofício, dizendo que tudo que foi, não
185 deveríamos ter feito, que era de responsabilidade do prefeito, inclusive foi relatado que não foi nada
186 democrático essa situação, não entendo dessa forma, creio inclusive que não haveria necessidade de uma
187 resposta a esse tom, porque novamente na reunião que fizemos com a comissão e a mesa diretora,
188 dizemos e repito, nossa intenção não é aqui de forma alguma travar o convênio, de forma alguma negar,
189 ou relação contrária ao prestador ou prestação de serviço e sim realmente termos clareza e transparência
190 na execução desses convênios. E a segunda parte é que o serviço já está acontecendo, já foi feito o
191 convênio, e assim quais documentos que serão necessários até mesmo para que a gente acompanhe o
192 convênio. Com a palavra o conselheiro André Monteiro desejou bom dia a todos, e aproveitou para
193 reiterar algumas falas que ocorreram na reunião da comissão executiva e mesa diretora, que realmente
194 tem que ocorrer com imparcialidade, independente de estar representando a Santa Casa, o intuito aqui é o
195 bem comum, o bem social. E o primeiro ponto em consonância com a fala da conselheira Lucila, é a
196 respeito do seguinte, pelo o que eu entendi dos ofícios naquela reunião da comissão, muitas informações
197 foram pedidas a secretaria, não de forma clara, nós evidenciamos, as solicitações eram abrangentes e
198 nenhum momento nós escrevemos o que realmente queríamos, nesse ofício ao qual nós deliberamos
199 juntos foi realmente estritamente direcionado as informações que nós queríamos o retorno, o ofício da
200 secretaria eu também li, só que a secretaria foi taxativa num seguinte de que ela já remeteu esses
201 documentos ao conselho, a minha dúvida é o seguinte, quais os documentos o conselho recebeu, se o
202 conselho recebeu esses documentos não estão com detalhamentos suficientes para análise. Eu acho que
203 em face de tudo isso que está acontecendo, o conselho também precisa fazer uma autorreflexão e talvez
204 estruturarmos uma reinvenção do conselho no sentido de quais são os critérios hoje de análise de
205 convênio, o que é necessário analisar em todos os convênios. Por exemplo, foi levantado em reuniões
206 passadas sobre questões do CNAI da Santa Casa não ser regularizado para esse tipo de atividade, hoje já
207 está regularizado como foi apresentado em reuniões anteriores, que estava em processo de regularização e
208 havia demora pelo trâmite estatutário, se for consultar agora na receita federal, já constam as atividades
209 secundárias da Santa Casa, e a questão é porque isso foi levantado nesse convênio em específico, qual o
210 critério do COMUS para analisar contrato, precisa ficar muito bem definido, para que não seja também

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

211 análises pontuais, concordo que o conselho tem que ser respeitado, mas nós também temos que ter
212 critérios de análise, essa é minha visão, é o primeiro ano que estou compondo o conselho, e senti essa
213 questão, porque assim a própria Santa Casa no ano passado, nós temos a contratualização SUS vigente,
214 que é de dois mil e dezenove, foi prorrogada devido ao período de pandemia, porém a Santa Casa já não
215 tinha esse CNAI de urgência, como o conselho deliberou um serviço ambulatorial e a própria Santa Casa
216 não ter um CNAI para um outro segmento de urgência, então qual será a leitura de análise de convênio,
217 de repente nós elaborarmos um manual de análise de convênio, onde todo convênio que chegar, tem que
218 ter uma consulta na receita federal, certidão negativa de débito, precisa, não precisa, por exemplo, no caso
219 desse processo em si, não gostaria nem de me manifestar sobre isso, porque eu sou parte interessada no
220 processo eu acho que meu voto não deveria nem ser válido, no entanto que qualquer coisa que colocar em
221 votação, eu vou me abster do meu voto, pois mostra também a questão da imparcialidade. Mas por
222 exemplo, instituições, quais as qualificações a instituições precisam ter, isso também fomenta mais a
223 questão da qualidade dos contratos, para que a gente tenha subsídio de discussão, acompanhar também a
224 prestação de contas mais de perto, acompanhar a qualidade dos serviços prestados, estamos no meio de
225 uma pandemia, porém indicadores de qualidade o conselho tem condições de acompanhar, então eu acho
226 que o conselho pode ser muito mais amplo, pode ter mais ferramentas, para que possamos não só criar
227 também, mas termos mais autonomia e também executar atividade pela qual é deliberada legalmente ao
228 conselho. Com a palavra a presidente Maria Cecília, deixou que concorda com a fala do conselheiro
229 André Monteiro, com relação a imparcialidade e de determinarmos critérios para a análise dos contratos
230 de todos os convênios, deixou que está a pouco tempo no COMUS, mas o que lhe causa estranheza é que
231 todo convênio vem para análise do COMUS, e esse convênio do SAMU não foi enviado, por isso
232 chegamos nessa situação que acabou gerando uma insatisfação por parte os conselheiros, não deixa de ser
233 uma falta de transparência, onde nos levou a esses critérios, por exemplo, a consulta do CNAI. Também
234 foi comentado na reunião da comissão executiva e mesa diretora com relação ao convênio com os
235 prestadores, referente ao ano de dois mil e vinte um, que ainda não recebemos a renovação. Concordo que
236 temos que analisar todos de uma forma criteriosa e de uma forma igualitária. Com a palavra o conselheiro
237 Adeildo dos Santos, complementou que está havendo entendimentos diferentes, porque só esse convênio
238 gerou uma discussão, pois esse convênio não chegou para o COMUS, esse é o problema, e subentende
239 que nós do conselho aceitamos esse contrato e nós não aceitamos, não aprovamos. A questão é que
240 precisamos cumprir com nossas obrigações, é obrigação da secretaria enviar os contratos, assim como
241 nossa obrigação analisar, não somos contra a terceirização se for melhor para a população, mas
242 precisamos cumprir com nossas obrigações. E esse convênio em específico gerou uma discussão no
243 conselho, por que foi desrespeitado. Não estamos votando contra o convênio, mas a maneira que nos foi
244 comunicado. Não estou aqui para ser mais um número, preciso atuar como conselheiro, tem município que
245 nos cobra. Precisamos ter acesso caso haja qualquer complicações futuras, como vamos responder por
246 algo que não teve nossa aprovação. Precisamos elaborar critérios para os próximos convênios, mas quero
247 deixar registrada minha insatisfação com a terceirização do SAMU pela conduta que foi tomada. Com a
248 palavra a conselheira Bianca Muller questionou se o COMUS não recebeu o convênio. Com a palavra a
249 secretária executiva Maira Almeida informou que o convênio chegou no feriado da semana santa, após
250 contato da presidente do COMUS com a secretária de saúde, os únicos documentos que vieram
251 antecipadamente referente a terceirização do SAMU foi a proposta e a cotação, ficou faltando o custo
252 atual e pós terceirização, recursos recebidos via ministério e parceiros e o edital, o convênio chegou bem

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

253 depois. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônico deixou que pelo seu entendimento das últimas
254 reuniões está faltando também a planilha financeira. Aproveitou para dizer que cumpre o papel que a ela
255 foi confiado que é representar a OAB, e deixou sua coerência com relação à análise dos contratos, se
256 anteriormente aconteceu algo irregular com outros contratos, não foi de seu conhecimento, pois se caso
257 encontrar qualquer irregularidade em qualquer contrato seu posicionamento será o mesmo. Portanto a
258 questão da aprovação até agora para mim não está claro, realmente estou na dúvida, pois o que eu entendo
259 é que não é imprescindível a aprovação do COMUS para que seja executado o contrato, mas pelo que eu
260 entendi a apresentação e a deliberação pelo conselho, mesmo que o conselho opine de maneira contrária é
261 o que tem que acontecer. Com a palavra o conselheiro Jonathan retratou que sua fala não foi aceitando a
262 execução do convênio da forma que vem sendo nos apresentada e sim como dúvida também citada pela
263 conselheira Lucila se compete a nós aprovar ou não, em uma situação de pré aprovação e agora uma vez
264 que o convênio está assinado. Concordo plenamente com o conselheiro André que nós temos que criar
265 maneiras e políticas de aprovação de acompanhamento, de tipo de documento, quais são nossos papéis.
266 Que a gente acompanhe o convênio antes de acontece-lo e no decorrer da execução. Deixou também sua
267 imparcialidade, que embora represente um dos prestadores, ao assumir a cadeira de conselheiro executa o
268 papel de fiscalizador de uma saúde de qualidade para o nosso município. Com a palavra a conselheira
269 Lucila Del Mônico acrescentou que com base no ocorrido seria melhor verificar os documentos faltantes
270 para serem solicitados. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para que os conselheiros votasse
271 entre fazer uma nova solicitação com os documentos faltantes e a secretaria providenciava uma
272 apresentação para deliberação e entendimento dos conselheiros ou encaminha para o ministério público,
273 pois não seguiu a lei de passar para a análise do COMUS, a fim de tirar nossa culpa, caso aconteça
274 complicações futuras. Após votação que obteve seis votos para a apresentação da secretária, quatro votos
275 para a denúncia no ministério público e uma abstenção. Dando continuidade, deixou a critério da
276 conselheira Bianca Muller para definir como será essa apresentação. Com a palavra a conselheira Bianca
277 Muller alegou que para ficar mais fácil a apresentação, solicitou que fosse oficiado uma listagem dos
278 documentos que seriam necessários para a análise, deixou que vai apresentar o convênio e justamente
279 para não faltar nada, fosse listado o que é preciso. Deixou que seria apresentado em uma reunião
280 extraordinária e sugeriu a data para quinta feira dia treze de maio e foi concordado por todos conselheiros
281 presentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para votação da Ata da reunião ordinária
282 trecentésima sexagésima nona, questionou se havia ressalvas e não havendo, colocou em votação onde foi
283 aprovada por unanimidade. Abriu para questionamentos dos conselheiros e não havendo nada mais a
284 tratar a presidente Maria Cecília encerrou a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando-se á presente
285 ata que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei e pelos demais membros. Lembro
286 também que a videoconferência encontra-se disponível em recurso multimídia de gravação, disponível em
287 arquivo do conselho e à disposição dos Srs. Conselheiros e a quem possa interessar, de direito, para
288 consulta a qualquer momento.

289
290
291
292
293
294

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 370ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

295
296
297
298
299
300
301
302